



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
GLEICE KELLY SANTOS DA SILVA RAMOS

**OS TEMPOS DA DITADURA MILITAR NO BRASIL E A INFLUÊNCIA
DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE E DO GOVERNO NORTE
AMERICANO SOBRE O GOLPE**

Florianópolis
2023

GLEICE KELLY SANTOS DA SILVA RAMOS

**OS TEMPOS DA DITADURA MILITAR NO BRASIL E A INFLUÊNCIA
DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE E DO GOVERNO NORTE
AMERICANO SOBRE O GOLPE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Relações Internacionais da
Universidade Unisul como requisito para a obtenção
do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Professor de Unidade de Aprendizagem: Luciano Daudt, Dr.

Orientador: Ricardo Neumann, Dr.

Florianópolis

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me auxiliar neste presente momento, pelos desafios superados e a minha família pelo apoio e paciência. Aos meus professores, pelo repasse de seus conhecimentos, com a experiência de cada um, expandiu meu conhecimento para as áreas da minha vida profissional.

Agradeço ao meu orientador por me orientar do projeto a conclusão deste trabalho e aos professores deste presente trabalho do projeto a conclusão que contribuíram para o sucesso na finalização deste trabalho.

RESUMO

A Ditadura militar no Brasil foi um dos períodos mais difíceis e marcantes do nosso país. A Ditadura deixou marcas profundas na sociedade brasileira, um impacto duradouro, ainda muito visível até o presente momento. O Brasil passou por diversas dificuldades e tensões políticas antes da ditadura, e com o golpe de 1964, houve instabilidade política, preocupações, insegurança e o medo que a sociedade brasileira ficou, que até os dias de hoje ainda circulam essas lembranças muito fortes para os brasileiros. O processo da modernização tinha junto como aliados os civis conservadores, religiosos, empresários e militares, que tinham como seu maior objetivo a exclusão de classes subordinadas.

O Presidente Jânio Quadros formulou a Política Externa Independente - PEI, em um momento em que os EUA estava com receio de que a América Latina escapasse da sua influência sobre a crise do sistema interamericano aberta pelo regime de Cuba. A descolonização e a crise nas relações soviéticas norte-americanas, referente aos problemas cubanos, ajudou com as formulações da PEI a respeito do não alinhamento com os Estados Unidos.

A Política Externa Independente encontrou um momento conjuntural propício para o florescimento de seus princípios de universalidade e especial atenção para o fortalecimento de relações regionais.

O governo de Goulart deixou os Estados Unidos preocupados porque o Brasil corria o risco de se tornar um comunismo devido à proximidade de Goulart com a esquerda. Os Estados Unidos, preocupado com os países latino americanos, pudessem tornar aliados ou bases para a influência soviética, representando uma ameaça à segurança e aos interesses norte-americanos na região.

E com todas essas combinações de preocupações internas e externas com a possível inclinação ao comunismo no Brasil, acabou por alimentar um clima de instabilidade política e polarização ideológica.

Somente com o processo de abertura política na década de 1980 e a redemocratização do Brasil é que as relações entre os Estados Unidos e o país começaram a se normalizar plenamente.

Palavra-chave: Instabilidade, Autonomia, Interesses.

ABSTRACT

The military dictatorship in Brazil was one of the most difficult and remarkable periods in our country. The Dictatorship left deep marks on Brazilian society, a lasting impact, still very visible until the present moment. Brazil went through several difficulties and political tensions before the dictatorship, and with the 1964 coup, there was political instability, concerns, insecurity and fear that Brazilian society was left with, which even today still circulate these very strong memories for the Brazilians. The modernization process had conservative, religious, businessmen and military civilians as allies, who had as their main objective the exclusion of subordinate classes.

President Jânio Quadros formulated the Independent Foreign Policy - PEI, taking advantage of the moment when the US was afraid that Latin America would escape its influence over the crisis of the inter-American system opened by the Cuban regime. Decolonization and the crisis in US Soviet relations, referring to Cuban problems, helped with the formulations of the PEI regarding non-alignment with the United States.

The Independent Foreign Policy found a propitious moment for the flourishing of its principles of universality and special attention to the strengthening of regional relations.

Goulart's government left the United States concerned that Brazil was at risk of becoming a communist due to Goulart's proximity to the left. The United States, concerned about Latin American countries, could become allies or bases for Soviet influence, representing a threat to security and North American interests in the region.

And with all these combinations of internal and external concerns with the possible inclination towards communism in Brazil, it ended up fueling a climate of political instability and ideological polarization.

Only with the process of political opening in the 1980s and the re-democratization of Brazil did relations between the United States and the country begin to fully normalize.

Keywords: Instability, Autonomy, Interests.

SÚMARIO

AGRADECIMENTOS	02
RESUMO	03
SUMMARY	04
SUMARIO	05
1 INTRODUÇÃO	06
2 POLITICA EXTERNA INDEPENDENTE	08
2.1 O QUE É POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE	11
2.2 QUAL A PARTICIPAÇÃO DOS EUA NO GOLPE DE 1964	12
3 A DITADURA	15
3.1 GOVERNO JÂNIO QUADROS	17
3.2 GOVERNO JOÃO GOULART “JANGO”	19
3.3 O GOLPE	24
4 GOVERNO MILITARES NA DITADURA MILITAR NO BRASIL	26
4.1 GOVERNO CASTELO BRANCO 1964 à 1967	26
4.2 GOVERNO COSTA E SILVA 1967 à 1969	27
4.3 GOVERNO JUNTA MILITAR 31/8/1969 à 30/10/1969	28
4.4 GOVERNO MEDICI 1969 à 1974	29
4.5 O MILAGRE ECONÔMICO	30
4.6 GOVERNO GEISEL 1974 à 1979	30
4.7 GOVERNO FIGUEIREDO 1979 à 1985	31
5 CONCLUSÃO	32
REFERENCIAS	34
ANEXO-	
CRONOLOGIA DOS TEMPOS DA DITADURA MILITAR NO BRASIL	36

1. INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar no Brasil que deu início em 1964 e durou até 1985, foi um período mais controverso e marcante da história do país. Foi caracterizado por um regime autoritário, repressão política e violação dos direitos humanos, esse período teve um impacto significativo na sociedade brasileira e deixou um legado de influenciar a política e a cultura do país.

Em 1964 houve um golpe, e a partir desse golpe, iniciou no Brasil um período de muita dor, preocupações, insegurança e medo para o povo brasileiro que foi a ditadura.

Os conservadores, a direita, os empresariais, com o apoio de religiosos católicos, organizam manifestações da “marcha da família com Deus pela liberdade” condenando um suposto comunismo se instalando no Brasil. Foi um momento de divisões, de visões e pensamentos diferentes.

A descolonização e a crise nas relações soviéticas norte-americanas, referente aos problemas cubanos, ajudou com as formulações da PEI a respeito do não alinhamento com os Estados Unidos, política sem compromissos, querendo prevalecer e ganhar vantagens para o país, onde o mundo é dividido em dois blocos.

A Política Externa Independente deu garantia ao Brasil, o poder de barganha com os dois blocos, dando a possibilidade de negociação com os países capitalistas e também com os países comunistas e durante o governo do Jânio Quadros o Brasil manteve sua negociações e proximidades com os Estados Unidos, mas também acabou adotando uma série de medidas com Cuba, China e com a União Soviética.

A partir dessa memória dos 21 anos de um período sofrido por muitos (1964 a 1985) na ditadura, qualquer semelhança das atitudes e decisões tomadas no atual cenário político com o período do regime militar, trazem à tona medos e insegurança, principalmente as próximas gerações.

Neste trabalho para conclusão de minha pesquisa, examinei os principais eventos daquele período, as características e consequências desse regime, destacando a repressão imposta pela ditadura, com base nos estudos de comparação dos períodos. Abordo a insegurança dos Estados Unidos em que o Brasil corria o risco de se instalar o comunismo e sua influência no golpe. A Política externa independente e o não alinhamento com os Estados Unidos. O Brasil num clima de instabilidade política e polarização ideológica.

É de relevância essa investigação, e é de extrema importância estar preparado para qualquer mudança repentina na política. Portanto, minha finalidade é aproveitar os meus

estudos das pesquisas do contexto histórico, e fazer uma investigação, tentar chegar o mais próximo possível do que aconteceu naquele período.

Objetivos de monografia são analisar o motivo que instaurou a ditadura no Brasil no ano de 1964. Identificar quais dificuldades que a sociedade teve num país em regime militar. Discutir o que levou a sociedade a apoiar a ditadura em 1964.

O resgate desse tema sobre o período da Ditadura Militar no Brasil para mim, primeiramente, é uma memória da história do nosso Brasil que não deve ser esquecida. Minha visão é que a nova geração de jovens precisa saber o quanto essa história faz parte do lado obscuro do país, tristes memórias de violências, prisões de inocentes, torturas, desaparecimentos e mortes. Eu vejo que é de extrema importância trazer todas essas lembranças vividas por muitos, para que esses episódios nunca sejam repetidos.

O importante agora é questionar sobre o que aconteceu nesse período, discutir os aspectos comuns entre os governos e seus aliados. Entender o porquê do não alinhamento da política externa independente com os Estados Unidos, compreender da melhor forma possível esse período da ditadura e as influências de aliados, porque os Estados Unidos tinha tanto interesse em ajudar o Brasil naquele período.

O tema escolhido para projeto foi de interesse pelo momento de incertezas, a minha curiosidade no aprofundamento da história do período da ditadura e o interesse em saber porque da tentativa de acabar com a democracia me fez continuar com a pesquisa do tema do projeto mas fiz algumas implementações retirando contexto histórico com o momento presente e falando apenas do período da ditadura e influência de comunismo aqui no Brasil e o interesse dos Estados Unidos no apoio a ditadura. Deu um pouco de trabalho pois meu interesse de abrir o leque de oportunidades para futuros pesquisadores em abordarem o tema, sobre a possibilidade da ditadura acontecer novamente.

Minha abordagem neste tema é qual a influência que os Estados Unidos teve no golpe militar no Brasil, porque de sua desconfiança do comunismo se instaurar no Brasil, a política externa de Jânio Quadros o que proporcionou no período da ditadura.

A pesquisa aqui apresentada tem como base os métodos históricos, por se tratar de acontecimentos do período da ditadura e exploratória, como objetivo de estudos para desenvolvimentos de idéias e compreensão. Objetos de pesquisa bibliográfica, dados publicados de fontes secundárias, livros, artigos científicos, internet, documentários, etc.

Os resultados satisfatórios de uma pesquisa dependem de amplo conjunto de fatores, que abrange desde a natureza do problema a ser pesquisado até os recursos materiais aplicados na pesquisa e depende, sobretudo, da criatividade e da inteligência do pesquisador

(COTRIM,2002,p.241). Foi também utilizado o método monográfico obedecendo a rigorosa metodologia, investigando o assunto nos aspectos e ângulos do período do regime militar.

Os recursos utilizados para coleta de informações para o presente trabalho aqui apresentado, em uma tentativa de buscar respostas mais próximo possível da realidade do período da Ditadura. A pesquisa foi feita de forma exploratória, até para ter mais conhecimentos sobre o assunto abordado. Ter informações mais precisas na construção do problema. Com objetivo de uma compreensão mais detalhada, foi utilizada a metodologia bibliográfica. Conversei com pessoas que viveram essa época e me comentaram algumas breve lembrança da ditadura, alguns que vivenciaram esse período, tem a lembrança, como um regime para controlar os jovens que iam em busca do que acreditavam, outros tinham uma visão de situação de pressão, sofrimento e a sua liberdade sendo retirada deles sem poder fazer nada. É de grande responsabilidade como universitária cívica buscar por essas informações, reconstruir essa história e divulgar sobre esse passado para que se possa evitar escolhas influenciadoras nos momento futuros na política.

2. POLITICA EXTERNA INDEPENDENTE

Durante a Ditadura Militar no Brasil, a política externa do país foi marcada pela busca por uma postura independente em relação às potências globais e pelos esforços em construir uma imagem de nação soberana e autônoma. Essa política ficou conhecida como política externa independente (PEI), um conceito que se contrapunha à tradicional aliança automática com os Estados Unidos e buscava maior autonomia nas relações internacionais.

O Brasil referente a política externa independente fez parceria com os Estados Unidos e seus aliados, iniciou um estreitamento de laços com países vizinhos da América Latina e países de blocos soviéticos incluindo a União Soviética.

A PEI foi criada em caráter significativo pelo sistema internacional, principalmente para aqueles países que estão buscando um desenvolvimento em ação conjunta, pela reconstrução europeia e japonesa com a possibilidade de parceria com os Estados Unidos. A Política Externa Independente conhecida como (PEI), foi implementada nos governos de Jânio Quadros e João Goulart em 1961 a 1964.

A política externa independente foi implementada pelo chanceler brasileiro, o diplomata e político Araujo Castro. Seus principais objetivos eram diversificar as relações internacionais do Brasil, buscar parcerias com países em desenvolvimento, fortalecer a

presença do país nos organismos internacionais e posicionar-se como mediador neutro em conflitos internacionais.

A política externa de Jânio Quadros tinha uma visão universal, mas sem desamparar do regional, buscava interesse do país sem preconceitos ideológicos, adotava postura independente para melhor conquista de seus objetivos.

Para Jânio Quadros a sua política externa assumiu de maneira realista a defesa dos brasileiros sem alinhamentos, que deveria ser própria do Brasil, não alinhada ou subsidiária da política dos outros países. Com poucas obrigações internacionais e não participando de nenhum bloco econômico, preservava o direito de liberdade nas decisões nos momentos de caos específicos. A luta pelo desenvolvimento e o aumento da produção que imponham ao país a necessidade de ampliação de seus mercados, independente das preocupações ideológicas.

Segundo o presidente Jânio, o Brasil com seus vizinhos deveria formar, com seus vizinhos e nações afro-asiáticas, uma frente contra o subdesenvolvimento e todas as formas de opressão. (CERVO; BUENO, 2008, p.336).

A PEI preferiu manter sua posição neutra quanto à expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos, até porque era um momento de revolução cubana, divergindo dos Estados Unidos. A aproximação com países divergentes do bloco capitalista política externa independente foi isolando Jânio do governo. E com isso em 7 meses após Jânio tomar posse da presidência ele renuncia.

A PEI defendia que a Diplomacia deveria refletir sobre o interesse nacional ao invés de alinhar aos interesses alheios, uma política externa que se preocupasse com os acordos de interesse nacional brasileiro, formulados de dentro pra fora.

A Política Externa Independente (PEI)- designação com que ficou conhecida a política exterior brasileira de 31 de Janeiro de 1961 (posse de Jânio Quadros) a 31 de Março de 1964 (advento do regime militar)- foi um processo e não um projeto concebido em detalhes. (CERVO; BUENO, 2008, p.331).

Jânio Quadros formulou a PEI, aproveitando o momento em que os EUA estava com receio de que a América Latina escapasse da sua influência sobre a crise do sistema interamericano aberta pelo regime de Cuba.

A PEI encontrou um momento conjuntural propício para o florescimento de seus princípios de universalidade e especial atenção para o fortalecimento de relações regionais. É importante destacar que a busca brasileira por maior liberdade para posicionar-se no cenário

internacional foi um movimento de grande risco para um tradicional alinhamento com o país de maior influência em todo o continente, os Estados Unidos.

A descolonização e a crise nas relações soviéticas norte-americanas, referente aos problemas cubanos, ajudou com as formulações da PEI a respeito do não alinhamento com os Estados Unidos, política sem compromissos, querendo prevalecer e ganhar vantagens para o país, onde o mundo é dividido em dois blocos. Os povos determinados e com direitos, pediam por um país com mais liberdade de movimentos no mundo, com interesse econômicos nacionais.

Após Jânio Quadros ter renunciado, quem assume a presidência é João Goulart, vice de Jânio, e dá seguimento à PEI. Após o golpe de 1964, o governo militar reforça seus laços com os Estados Unidos e acaba deixando de lado a Política Externa Independente. A PEI só retorna mesmo com a criação do Mercosul em 1991, que é o tratado que estabelece livre comércio entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, e a assinatura do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares em 1998.

O socialismo estava desafiando os Estados Unidos. Jânio constitui um alerta aos Estados Unidos, embora a alguns pudessem soar como chantagem. Ao advertir aos Estados Unidos para os perigos das ideologias antidemocráticas na América Latina e em outras áreas atrasadas do mundo, a alternativa da cooperação para o desenvolvimento seria o planejamento comunista.

Jânio tinha interesse em negociações com as nações do Extremo Oriente e do sudoeste asiático, que são o Japão, China, Coreia, Indonésia, Índia e Ceilão. Distância e problemas políticos não poderiam constituir motivos de desencorajamento.

A PEI teve como objetivo redirecionar a política externa, deslocando-a do eixo norte-americano, e inseri-la em um contexto mais internacional. Ainda que considerasse que o campo natural de atuação da política externa seria o espaço regional, passa-se a cristalizar a percepção de que a presença hegemônica dos Estados Unidos impunha constrangimentos e que, em conseqüência, a saída seria a universalização da política externa, isto é, a multiplicação de contatos internacionais e a diminuição das possibilidades de pressão hegemônica. Alguns autores, como Clodoaldo Bueno e Amado Cervo, entendem que esse afastamento em relação aos Estados Unidos significou um aspecto negativo da PEI, já que o Brasil não poderia simplesmente prescindir da colaboração norte-americana, e as relações com a União Soviética apresentavam poucas vantagens econômicas em virtude do pequeno volume de seu comércio com o Brasil (CERVO; BUENO, 2008, p.311).

2.1 O QUE É A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE

A Política Externa Independente conhecida como (PEI) foi implementada nos governos de Jânio Quadros e João Goulart em 1961 a 1964. As principais políticas externas Independente (PEI) eram o desarmamento das nações, a luta pela paz mundial, a autodeterminação dos povos inclusive a não intervenção em outras nações, a ampliação do mercado externo brasileiro e o apoio a descolonização dos países Africanos.

A política externa independente buscou estabelecer relações comerciais e políticas com países da África, Ásia e América Latina, além de buscar maior integração regional na América do Sul. Essa abordagem permitiu ao Brasil diversificar suas parcerias econômicas e políticas, reduzindo sua dependência de países desenvolvidos e aumentando sua influência em âmbito internacional.

A PEI enfatizava a necessidade de um Brasil autônomo, não alinhado ideologicamente a nenhuma potência estrangeira, seja os Estados Unidos ou a União Soviética, que viviam a guerra fria naquele período. O objetivo era evitar que o país fosse arrastado para os conflitos e rivalidades da época, mantendo uma posição neutra e construindo pontes diplomáticas com todas as nações.

O governo de Jânio deu início a política externa com o intuito de promover a abertura para a África e o afastamento na ONU, da posição de Portugal que praticava o colonialismo. Cervo Bueno (2008) comenta que a PEI, ao resguardar a necessidade de cada país planejar seu processo interno de desenvolvimento e ao insistir, também, na tecla de autodeterminação dos povos, afagava o amor-próprio nacional e obtinha respaldo de larga parcela da opinião identificada com o nacional desenvolvimentismo. (CERVO; BUENO, 2008, p.333).

As principais políticas externas Independente (PEI) eram o desarmamento das nações, a luta pela paz mundial, a autodeterminação dos povos inclusive a não intervenção em outras nações, a ampliação do mercado externo brasileiro e o apoio a descolonização dos países Africanos.

A política exterior foi um assunto popular naquela época da PEI. Temas de natureza internacional eram restritos e passaram a ser divulgados em veículos de comunicação. Cervo Bueno (2008) fala que os assuntos como da periferia, satelização da economia, deterioração dos termos de troca, autodeterminação dos povos e não intervenção, passaram a ser constantes em discursos e publicações.

Podemos sintetizar os fundamentos da PEI como: mundialização das relações internacionais do Brasil, correspondendo ao alargamento de seus horizontes, que deixam de estar restritos às Américas e à Europa Ocidental; atuação isenta de compromissos ideológicos; ênfase na segmentação do mundo entre Norte-Sul e não Leste-Oeste; busca de ampliação das relações internacionais do Brasil com objetivos comerciais; desejo de participação nas decisões internacionais; luta pelo desenvolvimento, pela paz e pelo desarmamento; adoção de posicionamento fortemente contrário à realização de experiências nucleares; adoção dos princípios da autodeterminação dos povos e da não intervenção (CERVO; BUENO, 2008, p.311-312).

A PEI também trouxe mudanças significativas na participação brasileira em organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). O Brasil defende pautas relacionadas ao desenvolvimento, à descolonização, ao combate à fome e à promoção dos direitos humanos, buscando uma voz ativa e protagonista no cenário global. No entanto, é importante destacar que, mesmo com as buscas pela autonomia na política externa, a Ditadura Militar no Brasil foi marcada por contradições e limitações. Nos bastidores, o regime mantinha uma postura autoritária e repressiva, o que contradiz a imagem de defesa dos direitos humanos e da democracia no âmbito internacional.

A PEI enfrentou críticas e resistência de setores conservadores e militares dentro do próprio governo, que viam a política externa independente como uma ameaça à relação com os Estados Unidos. Apesar das limitações e contradições, a política externa independente representou uma tentativa de buscar uma posição autônoma e de construir uma imagem internacional do Brasil como um país não alinhado e capaz de mediar conflitos. Essa abordagem deixou um legado na diplomacia brasileira, influenciando a forma como o país se posicionou nas décadas seguintes, mesmo após o fim da Ditadura Militar em 1985.

2.2 QUAL A PARTICIPAÇÃO DOS EUA NO GOLPE DE 1964

A relação entre os Estados Unidos e a Ditadura Militar no Brasil foi complexa e teve diferentes variações ao longo do período militar. Embora os Estados Unidos tenham um histórico aliado importante para o Brasil, durante a Ditadura a relação entre os dois sofreu alterações e foi marcada por diferentes momentos e interesses.

É importante ressaltar que o golpe foi realizado pelas Forças Armadas brasileiras, com apoio de conservadores da sociedade e empresariais, e que havia também fatores internos políticos que contribuíram para a queda de João Goulart. O golpe não pode ser reduzido

apenas a influência externa, mas a inegável que a ação dos Estados Unidos na desestabilização do governo e seu contexto geopolítico na guerra fria tiveram um impacto significativo no desenrolar dos eventos.

Após o golpe de 1964, os Estados Unidos manifestaram apoio ao regime militar brasileiro. O Governo norte americano tinha preocupações com a influência comunista na América Latina e via a Ditadura como um contrapeso a expansão do socialismo na região. Nesse contexto, os Estados Unidos forneceram apoio político, financeiro e militar ao governo militar brasileiro.

Durante os primeiros anos da ditadura no Brasil, os Estados Unidos deram treinamentos militares, assistência técnica e apoio político. O Governo americano via a Ditadura no Brasil como um aliado estratégico na defesa contra a propagação do comunismo.

Goulart fazia sua propaganda sobre as reformas de base e unidos aos esquerdas, crescia os rumores sobre o país e assim sofria uma pressão externa. Houve muitas manifestações de todas as formas, tudo na mesma direção. Com tudo isso acontecendo, o IBAD- Instituto Brasileiro de Ação Democrática e a ADEP – Ação Democrática Popular, pagaram candidatos dos partidos de direita e receberam auxílio do exterior através do Royal Bank of Canadá, Bank of Boston e First National City Bank, conforme foi apurado pela CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito. E Goulart acabou por suspender as atividades daquelas instituições. As empresas norte-americanas pressionavam o governo com o propósito de provocar um colapso econômico brasileiro. As informações recebidas por Goulart, o Embaixador dos EUA, Lincoln Gordon, mantinha contatos com a oposição Carlos Lacerda e os empresários que conspiravam contra o governo Goulart.

Elio Gaspari (2014) explica que em Washington, trabalhava-se havia dez dias na armação de um força tarefa naval que em caso de necessidade, zarparam para a costa brasileira. Fala expressada pelo embaixador americano Lincoln Gordon. (ELIO GASPARI, 2014, p.61)

Elio Gaspari (2014) comenta que Gordon reuniu-se com Kennedy na Casa Branca na manhã de 30 de julho de 1962, quando o presidente estava inaugurando o sistema de gravação clandestina de suas conversas no Salão Oval. O embaixador disse a Kennedy que a hipótese de um golpe militar estava no baralho. Opondo-se à ideia de pensar na deposição de Jango como estratégia, mas desejava ter a carta à mão. (ELIO GASPARI, 2014, p. 61)

Em 1963 a CIA, opinou que toda a ajuda financeira ao Brasil deveria ser encerrada, que Goulart capitalizar internamente, ampliando as dívidas externas, às nacionalizações e as relações com a União Soviética, isso poderia mudar o curso para autoritária e

ultranacionalista, dando a suposição que os interesses privados norte-americanos estariam ameaçados.

Cervo Bueno (2008) explica que não existem provas quanto à participação do governo norte- americano nos acontecimentos que puseram fim ao mandato de Goulart, em Março/Abril de 1964. Mas não há dúvida que acompanhou todo o desenrolar da crise, ajudando os conspiradores, organizando força tarefa para atuar nas águas brasileiras dando apoio aos raivosos, ajudando no fornecimento de armas, munições, combustíveis e lubrificantes. Estados Unidos ajudou governadores estaduais e a prefeituras antes do dia 31 de março 1964, houve auxílio a projetos específicos, como policiais e exército. Essa cooperação serviu para aumentar a solidariedade entre os militares brasileiros e os Estados Unidos. A ajuda econômica favoreceu forças opositoras a Goulart. (CERVO; BUENO, 2008, p.389).

A conversa gravada entre Kennedy e Gordon é comentada com detalhes no livro de Elio Gaspari (2014); [Gordon]- Creio que uma de nossas tarefas mais importantes consiste em fortalecer a espinha militar. É preciso deixar claro, porém com discrição, que não somos necessariamente hostis a qualquer tipo de ação militar, contanto que fique claro o motivo.

- Contra esquerda – cortou Kennedy.

- Ele está entregando o país aos...

- Comunistas- completou o presidente.

- Exatamente. Há vários indícios de que Goulart, contra a sua vontade ou não [inaudível]...(ELIO GASPARI, 2014, p. 62)

Em 20 de Março de 1964, dias após o comício que houve na central, o presidente Lyndon Johnson autoriza a formação de uma força naval para intervir na crise no Brasil, se houvesse a necessidade. A casa branca chamou esse acordo da intervenção na crise no Brasil de Plano de Contingência 2-61.(ELIO GASPARI, 2014, p. 63)

O Departamento de Defesa produziu o Plano de Contingência 2-61 e com isso se estabeleceu na hipótese de uma revolta democrática, o governo americano poderia entrar com apoio clandestino, ou até mesmo ostensivo, com a ajuda de combustível, alimentos, armas e munições, intervindo com tropas apenas se houver provas claras de intervenção do bloco soviético ou de Cuba. (ELIO GASPARI,2014, p. 65)

Observando durante os tempos do governo de Jânio Quadros a Política Externa Independente foi usada como barganha diante dos Estados Unidos mas o mesmo não ocorreu com João Goulart. O governo de Goulart deixou os Estados Unidos preocupados por que o Brasil corria o risco de se tornar um comunismo devido a proximidade de Goulart com a

esquerda, acabou por ficar sem poder de barganha com o parceiro hegemônico, ao invés de barganhar, acabou por adotar medidas que contribuam para a queda de Goulart.

Cervo Bueno (2008) comenta que não se pode também perder de vista que, após a crise de mísseis de Cuba, em Outubro de 1962, ponto alto da Guerra Fria, o abrandamento da bipolaridade retirou a possibilidade de se praticar um neutralismo tático eficiente. (CERVO; BUENO, 2008, p. 391).

A partir do final dos anos 1960 ao início dos anos 1970, com as crescentes denúncias de violações dos direitos humanos e repressão política na ditadura militar, a imagem internacional começou a decair. A torturas, prisões arbitrárias e desaparecimentos dos opositores ao regime geraram críticas no Brasil quanto ao exterior.

E com essa pressão internacional, juntamente com as mudanças políticas dos Estados Unidos, levou a uma revisão com o regime militar brasileiro. A partir da década de 1970, o governo americano começou a manifestar preocupações em relação às violações dos direitos humanos no Brasil e a pressionar por reformas democráticas.

No ano de 1977, o presidente norte americano Jimmy Carter adotou uma postura mais crítica em relação à situação dos direitos humanos no Brasil e condicionou a ajuda militar ao país à melhoria do respeito aos direitos humanos. Essa postura representou uma mudança significativa na política externa dos Estados Unidos em relação à ditadura militar brasileira. Apesar dessas pressões, os Estados Unidos mantiveram relações comerciais e diplomáticas com o Brasil durante a ditadura. O comércio entre o Brasil e os Estados Unidos continuou e crescendo ainda mais os interesses econômicos e estratégicos, e com isso acabou sendo um fator muito importante na manutenção das relações bilaterais.

Somente com o processo de abertura política na década de 1980 e a redemocratização do Brasil é que as relações entre os Estados Unidos e o país começaram a se normalizar plenamente. A transição para a democracia e a promulgação da Constituição de 1988 abriram caminho para uma reaproximação entre os dois países.

3. A DITADURA

A ditadura foi um período de angústia ao povo brasileiro, foi um período de regime militar de luta da ideologia da classe dominante com a ideologia do proletariado. O Brasil passou por diversas dificuldades e tensões políticas antes da ditadura. Foi de altas taxas do

PIB (Produto interno bruto), as revoluções constitucionistas, rebeliões comunistas, golpes de estados e crises.

A instauração da ditadura de 1964 destruiu o estado de direito, a democracia se limitou, resultou em um complexo de processos e ações, que deixou o povo brasileiro surpreso e perplexo. A sociedade se dividiu, agitação dos trabalhadores urbanos e rurais, setores estudantis, graduados das forças armadas, oposição às reformas das elites tradicionais.

Durante 21 anos (1964 a 1985) o Brasil foi governado pelas forças armadas. A ditadura destruiu o estado de direito e a democracia era limitada, a sociedade não tinha liberdade de escolha e de tomada de decisão. Lutar pelo seu direito no regime militar, por sua opinião e visão política, era falta de respeito e militarismo era considerado crime.

Durante o regime militar, ocorreu um fortalecimento do poder central, sobretudo do poder Executivo, caracterizando um regime de exceção, pois o Executivo se atribuiu a função de legislar, em detrimento dos outros poderes estabelecidos pela Constituição de 1946. O Alto Comando das Forças Armadas passou a controlar a sucessão presidencial, indicando um candidato militar que era referendado pelo Congresso Nacional.

Aarão Reis (2014) comenta em seu livro “Numa arquitetura simplificada, muitos se confrontavam com raciocínios polarizados. Opressão e Liberdade. Ditadura e Democracia. Repressão e Resistência.” (AARÃO REIS, 2014, p.04)

A democracia era limitada e foi retirada da vez, o que deu foi espaço ao medo, à insegurança, à fragilidade daqueles que iam à luta, resistiam fazendo protestos nas ruas. Houve resistência democrática da classe média urbana, a cultura, o cinema, a música popular, o que pudesse demonstrar o momento do regime militar em seus trabalhos, eles faziam e sofriam perseguições, alguns eram presos e até sofriam torturas, e houve muitas mortes dos militantes que eram torturados e alguns estão desaparecidos até o presente momento, a sociedade tinha sido silenciada.

Para a grande maioria a ditadura acabou em 1985, como únicos responsáveis os militares, o que importa agora é questionar sobre o que aconteceu nesse período, discutir os aspectos comuns entre os governos e seus aliados, compreender da melhor forma possível a ditadura.

O golpe foi dado em nome da democracia, o regime que se instaurou jamais admitiu que era uma ditadura, sempre se preocuparam em manter uma fachada democrática.

Logo abaixo na figura 1 mostra um dos momentos de protestos nas ruas “abaixo a repressão”.

Figura 1 - Protestos abaixo a repressão



Fonte: *Sindifisco-SE*, 31 March 2022

3.1 GOVERNO JÂNIO QUADROS

Em 1961 Jânio Quadros e o vice João Goulart obteve a vitória à Presidência da República, ambos representavam forças opostas: a UDN e Carlos Lacerda com Jânio Quadros, e as forças progressivas com João Goulart “Jango”. Nos anos 60, o presidente e o vice-presidente podiam ser de chapas diferentes e isso era complicado, pois de vez em quando o vice se opunha ao presidente.

Jânio Quadros era carismático, bem-visto pelas classes médias, colocaram expectativas que ele combateria a corrupção, símbolo de sua campanha era vassoura, já para outros ele não tinha comprometimento com partidos, pois ele desprezava os partidos políticos. Jânio fazia tudo de forma independente, ele era mais direto com a sociedade, preferia dialogar.

Jânio deu início ao programa de reformas morais, acabou com as corridas de cavalo durante a semana, fechou as rinhas de galo e proibiu o uso de biquínis na televisão. Jânio já pegou a Presidência em um momento em que o Brasil se encontrava em um período de alta da inflação, sem controle desde 1950.

Jânio Quadros era um político incontrolável. Sua mensagem era antipolítica. Apresentava-se como um candidato acima dos partidos, e expressava profundo desdém pelos políticos tradicionais e por seu estilo de atuação. Repetia que era o único candidato

independente, e dedicado à atividade política por vocação cívica e paixão pelo serviço público. Jânio Quadros atraiu o eleitor de classe média, atormentado pelos efeitos da inflação crescente, alta do custo de vida e queda dos salários. Sua campanha de varrer a corrupção tendo por símbolo uma vassoura mobilizou multidões.

Venâncio (2010) comenta que visando combater os altos índices da inflação, Jânio implementa uma política econômica austera. (VENÂNCIO, 2010, p.196) Ele iniciou sua política de economia de forma conservadora, teve sua preocupação com a política externa, que naquele período era de muita insegurança, pois havia atritos entre as potências Estados Unidos e União Soviética.

Jânio teve uma breve gestão na Presidência da República, ele abriu vários inquéritos para investigar corrupção mas não deu em nada.

Segundo Scandelai (2010), Quadros faz movimentos na busca de retomar as relações com países comunistas, propõe algumas leis e projetos polêmicos. No entanto, sem apoio significativo do legislativo, ele não consegue imprimir às ações de sua agenda de governo.

Jânio na presidência não agradou muito os setores militares, a UND, a sociedade da direita, a sua política não estava alinhada aos Estados Unidos. Jânio buscou ampliar as relações comerciais com países socialistas, aproximou-se da China e da União Soviética, valorizou seus acordos com os comunistas, ele até condecorou Che Guevara com a ordem do Cruzeiro do sul, o que acabou deixando os militares e os conservadores nervosos, por isso foi muito criticado e acabou ficando isolado.

Com tanta pressão por todos os lados, Jânio não aguentou e renunciou seu mandato no dia 25 de agosto de 1961, surpreendendo a todos. Jango estava em uma viagem agendada em Cingapura, com a missão de acordos comerciais, visitaria a Europa Oriental, a União Soviética e a China e retornaria ao Brasil.

Mas os militares não queriam que Jango tomasse a posse da presidência, os militares viam Jango como uma ameaça, por ele ser ligado a sindicalismo e as políticas de esquerdas, para os militares isso abriria caminho para o comunismo no Brasil. Quem teve que assumir provisoriamente, foi o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli do PSD.

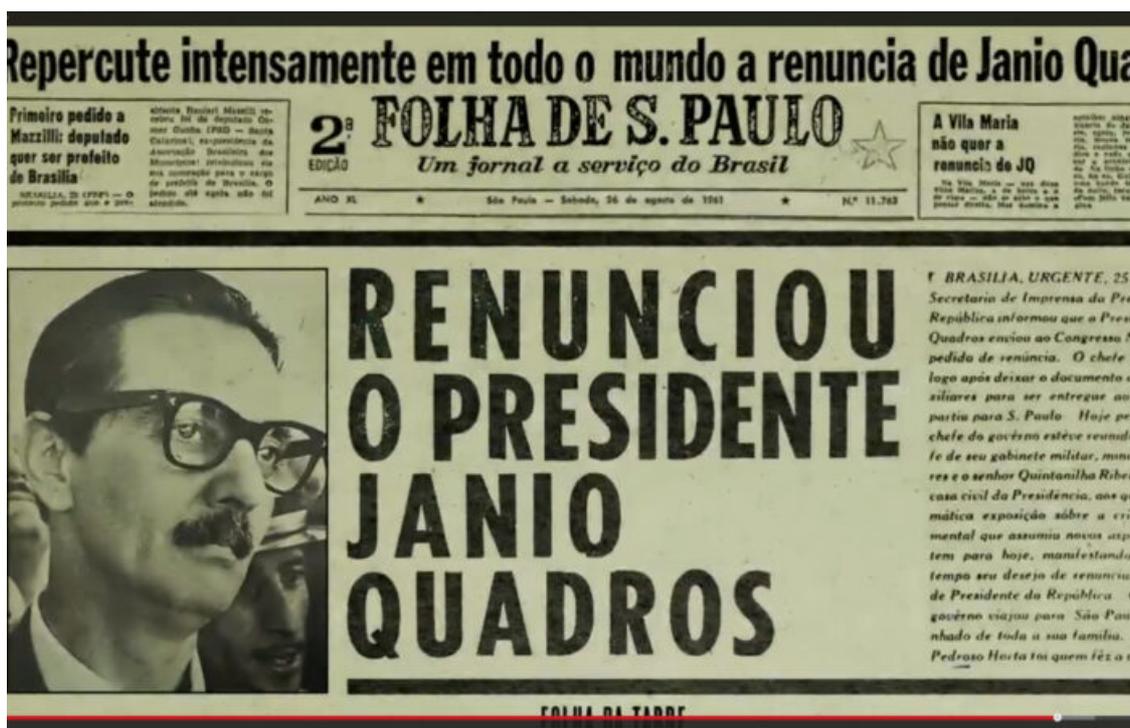
Os historiadores comentam em sua maioria que a renúncia de Jânio Quadros seria uma manobra política, ele provavelmente contava com algumas vantagens. Seu vice a quem caberia assumir a presidência João Goulart não estava no Brasil, estava em uma visita oficial na China, ele era rejeitado pelos militares, portanto, insistiram para que Jânio pudesse rever sua decisão de renúncia.

Para Aarão (2014), Jânio Quadros tinha em mente que com a sua renúncia “A interpretação racional é a de que esperava ser chamado pelas multidões, retomando o governo com plenos poderes, um procedimento adotado em outras oportunidades de sua vida política, sempre com sucesso. Dessa vez, não funcionou.” (AARÃO REIS, 2014, p.24)

Com medo de que Jango não assumisse, Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul que era cunhado de Jango percebendo o que estava acontecendo, logo iniciou uma campanha nacional em defesa do respeito à constituição exigindo o cumprimento determinado pela constituição, que é de João Goulart assumir a presidência. Com as manifestações populares por duas semanas, Jango retornou ao Brasil.

Jânio Quadros deixa o Brasil em uma grave crise política institucional. Abaixo a figura 2 mostra o jornal daquele período, Folha de São Paulo anunciando a renúncia do Presidente Jânio Quadros.

Figura 2 - Jornal da época sobre renúncia de Jânio



Fonte: *Ensinar História*, 25 August 2016

3.2 GOVERNO JOÃO GOULART “JANGO”

João Goulart, o vice-presidente era proprietário rural, lutou em prol dos trabalhadores, não era comunista. Quando João Goulart foi tomar a posse da presidência, ele não foi muito

bem recebido, os militares se manifestaram contra a sua posse, não tinha o apoio das forças armadas, os ministros do exército, marinha e aeronáutica planejaram a intervenção para impedir que Jango vice de Jânio pudesse assumir o governo, a alegação é que o governo de Jango era uma ameaça à estabilidade do país.

Jango eleito pelo voto direto, levou os legalistas do Exército a se posicionarem a seu favor. Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, conseguiu o apoio do III Exército.

Leonel Brizola cria uma rede de legalidade, e isso vai para os meios de comunicação em massa, uma campanha nacional em defesa da posse do novo presidente, e com isso o golpe de 1961 é evitado. Mas foram necessárias várias concessões políticas por parte de João Goulart, e a mais importante delas é a da adoção do parlamentarismo.

No que diz no livro História do Povo Brasileiro objetivo era forçar uma intervenção militar: “primeiro, operar-se-ia a renúncia; segundo, abrir-se-ia o vazio sucessório – visto que a João Goulart [...] não permitiriam as forças militares a posse, e, destarte, ficaria o país acéfalo; terceiro, ou bem se passaria a uma fórmula, em consequência da qual ele mesmo emergisse como primeiro mandatário, mas já dentro do novo regime institucional, ou bem, sem ele, as forças armadas se encarregaram de montar esse novo regime [...]”. O aprendiz de ditador fracassou devido à vacilação dos chefes militares. Instalou-se, então, uma grave crise política, cujo desfecho tem uma data marcada: 31 de março de 1964.
(VENÂNCIO, 2010, p.197)

O vice-presidente João Goulart, depois de passar por algumas dificuldades para assumir o cargo, só no dia 7 de Setembro de 1961 que ele foi autorizado a tomar posse da presidência, mas só depois da campanha legalista, e ainda teve que assumir um acordo reduzindo seu poder como presidente por causa do parlamentarismo.

Em Janeiro de 1963 é convocado o plebiscito sobre a manutenção do parlamentarismo ou a volta do presidencialismo. E venceu a opção plebiscitária pelo retorno ao regime presidencialista, foram 9.457.448 votos a favor do presidencialismo e 2.073.562 em defesa da manutenção do parlamentarismo. Agora Jango era responsável pelo país e ele tentou editar várias leis delegadas, ainda durante o gabinete parlamentarista. Tentou resolver problemas de abastecimento, mas não deu certo.

Quando Jango pegou a presidência, foi em um momento conturbado, de instabilidade política, inflação e desigualdade social. Ele apostou nas reformas de base (agrária, bancária, fiscal, urbana administrativa e universitária), e a principal reforma era a agrária, e isso mexeria nos grandes latifúndios do país.

Enquanto esteve na presidência, Jango sofreu pressões de políticos conservadores, da imprensa, da igreja católica e empresários. O propósito de Jango era atender os interesses de todos, mas seus planos não agradaram e ganhou muitas críticas. Ele queria resolver o problema da economia que não estava boa e diminuir a desigualdade social, pretendia mudar as estruturas da sociedade, as terras, as propriedades, as rendas e além disso queria fazer mudanças na participação política da população.

A direita não aceitou o plano de distribuição de renda e a inflação que não parava de subir, à esquerda reclamava dos pesos que recaíam sobre os trabalhadores, a sociedade se dividiu, os trabalhadores urbanos e rurais, os professores e estudantes ficaram revoltados. Alguns defendiam os manifestantes e a força, uma reforma agrária na lei ou na marra, já outros eram contra a reforma, as elites tradicionais e empresariais.

Jango dependia do apoio das forças de esquerda, pois Jango era um sindicalista, Jango precisava também dos estudantes da UNE e militares nacionalistas.

Venâncio comenta que João Goulart foi responsável pelo aumento de 100% do salário-mínimo, motivo suficiente para ser identificado à nebulosa política denominada república sindicalista. Além disso, pertence à corrente nacionalista, partidária da realização de reformas de base da sociedade brasileira, que contrariavam poderosos interesses.

(VENÂNCIO, 2010, p.198)

Durante o mandato de Jango havia uma divisão de forças armadas, parte do exército estava alinhado com Jango, mas foram se afastando quando as conspirações se aproximavam.

Existia uma polarização de esquerda e direita, e com essa briga de partidos, estava muito difícil para Jango trabalhar, suas propostas de reformas não eram aprovadas. As medidas não foram aprovadas pelo Congresso Nacional por causa dos interesses dos grupos conservadores em manter seu poder econômico, com resultado a insatisfação, e a reação foi aumento de greves de caráter político.

Em 13 de março em uma sexta-feira do ano de 1964 houve o primeiro comício, no centro do Rio de Janeiro, junto ao Ministério de Guerra e da Central do Brasil, Jango fez comício com intuito de buscar apoio popular para enviar o seu projeto das reformas de base, pediu apoio a outros partidos mas não teve retorno. E no discurso Jango atacou a constituição dizendo que não atendia mais os anseios do povo, defendeu a reforma agrária, fez alerta ao congresso, contrapôs os assistentes do comício aos membros eleitos do congresso.

O presidente anunciou a assinatura de alguns decretos: o da expropriação de pequenas refinarias particulares e o que previa a hipótese de desapropriação de terras ao longo dos eixos rodoferroviários em benefício da reforma agrária.

O presidente encaminha ao Congresso um projeto de reforma agrária e é derrotado. Através de mobilizações de massa pressiona o Poder Legislativo. No comício de 13 de março, que reúne cerca de 150 mil participantes, anuncia decretos nacionalizando refinarias particulares de petróleo e desapropriando terras com mais de 100 hectares que ladeavam rodovias e ferrovias federais. As medidas são acompanhadas por declarações bombásticas, como as de Brizola, defendendo a constituição de um Congresso composto de camponeses, operários, sargentos e oficiais militares. A direita reage a esse tipo de manifestação, organizando, com apoio da Igreja Católica e de associações empresariais, “marchas da família com Deus pela liberdade”, por meio das quais condenam o suposto avanço do comunismo no Brasil.
(VENÂNCIO, 2010, p.201)

João Goulart não tinha interesse em fazer do Brasil um regime sociopolítico e econômico socialista. De um lado as mobilizações para pressionar o Poder Legislativo e do outro a marcha da família pela liberdade que reuniu meio milhão de pessoas em São Paulo contra o governo de João Goulart, e deu confiança para os militares articularem o golpe. E no dia 31 de Março de 1964, o golpe aconteceu, depondo João Goulart e dando fim às expectativas de reformas de base que ele planejou para seu governo.

Em 25 de março os marinheiros fizeram uma manifestação na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, mesmo não tendo apoio do ministro da Marinha, mesmo assim compareceram 4.500 marinheiros. A crise na Marinha não foi algo que aconteceu do dia pra noite, trabalharam com as forças conservadoras, e a mídia fortemente nas notícias foi essencial para dar forças a essa crise.

Defendiam a hierarquia e as disciplinas das forças armadas e os que desejavam destruir esses valores. Com a demissão do ministro da Marinha, o presidente nomeou o almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues. João Goulart muito ocupado não conseguiu punir os marinheiros.

Jango no dia 31 de março de 1964 compareceu em uma cerimônia de comemoração do aniversário da associação dos sargentos no automóvel clube que foi transmitida por rádio e televisão. E Jango na improvisação disse que a disciplina não deve existir só de baixo para cima, mas também de cima para baixo, e que os superiores têm que dar exemplo.

Nas altas horas da noite de 31 de Março o golpe tinha uma bandeira: tirar Jango do poder, para combinar o resto depois. Já a defesa do governo cairá numa posição canhestra. Tratava-se de manter Jango no palácio, sem se saber direito para que, nem em benefício de quem. As poucas forças conservadoras que, por razões de conveniência, ainda estavam associadas ao presidente, dispunham de meios para ajudá-lo, mas não tinham um propósito

para manter no poder. As forças da esquerda tinham o propósito, não tinham os meios. (ELIO GASPARI, 2014, p. 88)

Elio Gaspari (2014) comenta que a esquerda temia que Jango a traísse, e também a direita tinha o mesmo receio. No dia seguinte as tropas vindas de Minas Gerais lideradas pelo General Olympio Mourão Filho deslocaram as tropas para o Rio de Janeiro o que levou ao golpe militar “Operação Popeye”. Lá outros militares sob o comando de um general mais antigo Arthur da Costa e Silva se juntaram todos no movimento.

Jango não estava seguro, ele fugiu para Brasília, ficando lá por algumas horas, depois foi para o aeroporto e foi para Porto Alegre, já não era mais o presidente da República.

E a vaga a presidente fica aberta, e como determina a Constituição ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli.

Villa comenta que “Se em Brasília estava sendo seguido o formalismo constitucional, no Rio de Janeiro o general Costa e Silva se declarou chefe do Comando Revolucionário. O poder real vem de lá. Inicialmente, Mazzilli ainda tentou manter aparências nomeando Costa e Silva ministro da Guerra. Depois teve que se curvar e aceitar os fatos.” (VILLA, 2014)

Em 15 de Abril do ano de 1964, 15 dias posteriores ao golpe, o Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, nomeado pelo então presidente João Goulart, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, torna-se o presidente com a intenção de supervisionar uma reforma do sistema político-econômico (ARAUJO, 2006)

Estava um clima de muita tensão, o governo Castelo Branco com o intuito de combater a imersão que o estava o momento, adotou medidas severas. Os militares criaram grupos turbulentos e radicais nas Forças Armadas, com esquemas e repressão. Na figura 3 abaixo mostra João Goulart no dia que recebeu a faixa presidencial.

Figura 3 - João Goulart



Fonte: *Ensinar História*, 25 August 2016

3.3 O GOLPE

No início de 1964, o presidente encaminha ao congresso um projeto de reforma agrária e não é aprovado, passa a pressionar o poder legislativo com as mobilizações em massa. Marca um comício no dia 13 de março, que reuniu cerca de 150 mil pessoas, ele anuncia decretos nacionalizando refinarias particulares de petróleo e desapropriando terras com mais de 100 hectares que ladeiam rodovias e ferrovias federais. E com tudo isso, as suas declarações bombásticas, e também o governador Brizola defendendo a constituição de um Congresso composto de camponeses, operários, sargentos e oficiais militares.

É importante ressaltar que o golpe foi realizado pelas Forças Armadas brasileiras, com apoio de conservadores da sociedade e empresariais, e que havia também fatores internos políticos que contribuíram para a queda de João Goulart.

Os conservadores, a direita, os empresariais, com o apoio da igreja católica, reagem organizando manifestações da “marcha da família com Deus pela liberdade” condenando um suposto comunismo se instalando no Brasil.

Jango estende sua mobilização nos quartéis militares, e nos fins de março não fez nada com os rebeldes da marinha, e esses mesmos marinheiros participam da escolha do novo Ministro da Marinha com a demissão do antigo.

Com a quebra da hierarquia militar foi a cereja do bolo que faltava para que os conspiradores conseguissem o apoio da ala legalista das forças armadas.

Nas altas horas da noite de 31 de Março o golpe tinha uma bandeira: tirar Jango do poder, para combinar o resto depois. Já a defesa do governo cairá numa posição canhestra. Tratava-se de manter Jango no palácio, sem se saber direito para que, nem em benefício de quem. As poucas forças conservadoras que, por razões de conveniência, ainda estavam associadas ao presidente, dispunham de meios para ajudá-lo, mas não tinham um propósito para manter no poder. As forças da esquerda tinham o propósito, não tinham os meios. (ELIO GASPARI, 2014, p. 88)

No dia 31 de Março é deposto o presidente. A UND, por intermédio de dois governadores, Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e Carlos Lacerda da Guanabara, participa ativamente do golpe.

A revolta dos marinheiros e o discurso de Jango no Automóvel Clube desestabilizaram as Forças Armadas. A organização militar, baseada em princípios simples, claros e antigos, estava em processo de dissolução. Havia sido abaladas a disciplina e a hierarquia. (ELIO GASPARI, 2014, p. 93)

No dia 15 de Abril, o general Castello Branco, identifica a ala legalista e assume a Presidência da República. Assim se inicia a cassação de direitos políticos e afasta os militares identificados do governo deposto, isso envolve militares soldados, oficiais e deputados, criando um desequilíbrio dentro do Congresso. Os conspiradores das forças do exército apresentaram a intervenção militar como defensiva em face do contragolpe que Jango pudesse planejar para as eleições presidenciais de 1965.

João Goulart se exilou no Uruguai, desarma a linha dura, mas isso não durou muito. E em 1965 com as depurações das forças armadas, os militares identificados do general Costa e Silva alteraram os rumos da revolução. Em 1965 candidatos oposicionistas venceram os estados e cidades, como Guanabara, em Minas Gerais e na capital paulista.

O povo estava descontente com o governo instituído e como resposta, foram impostos os Atos Institucionais nos 2 e 3, que abolem os partidos existentes e as eleições diretas para presidente, governador e prefeito de capitais.

Assim, inicia um período dos longos 21 anos de ditadura no Brasil. Abaixo a figura 4, os caminhões tanque do exército brasileiro nas ruas.

Figura 4 - Carro Tanque do Exército nas ruas



Fonte: *Ensinar História*, 25 August 2016

4. GOVERNOS MILITARES E AS CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE NO BRASIL

4.1 GOVERNO CASTELO BRANCO 1964 à 1967

Castello Branco, general militar, foi eleito pelo Congresso Nacional presidente da República em 15 de abril de 1964. Em seu pronunciamento, declarou defender a democracia, porém ao começar seu governo, assumiu uma posição autoritária.

Estabeleceu eleições indiretas para presidente, além de dissolver os partidos políticos. Vários parlamentares federais e estaduais tiveram seus mandatos cassados, cidadãos tiveram seus direitos políticos e constitucionais cancelados e os sindicatos receberam intervenção do governo militar.

Em seu governo, foi instituído o bipartidarismo. Só estavam autorizados o funcionamento de dois partidos: Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Enquanto o primeiro era de oposição, de certa forma controlado, o segundo representava os militares.

O governo militar impôs, em janeiro de 1967, uma nova Constituição para o país. Aprovada neste mesmo ano, a Constituição de 1967 confirma e institucionaliza o regime militar e suas formas de atuação. A figura 5 mostra o Presidente General Castelo Branco no dia que recebeu a faixa presidencial.

Figura 5 - Presidente General Castelo Branco



Fonte: *Velho General*, 8 March 2021

4.2 GOVERNO COSTA E SILVA 1967 à 1969

Em 1967, assumiu a presidência o general Arthur da Costa e Silva, após ser eleito indiretamente pelo Congresso Nacional. Seu governo é marcado por protestos e manifestações sociais. A oposição ao regime militar cresce no país. A UNE (União Nacional dos Estudantes) organiza, no Rio de Janeiro, a Passeata dos Cem Mil. Em Contagem (MG) e Osasco (SP), greves de operários paralisam fábricas em protesto ao regime militar.

A guerrilha urbana começa a se organizar. Formada por jovens idealistas de esquerda, assaltam bancos e sequestram embaixadores para obterem fundos para o movimento de oposição armada.

No dia 13 de dezembro de 1968, o governo decreta o Ato Institucional Número 5 (AI-5). Este foi o mais duro do governo militar, pois aposentou juízes, cassou mandatos, acabou com as garantias do habeas-corpus e aumentou a repressão militar e policial.

O governo Costa e Silva oscilou entre o diálogo e a repressão aos movimentos de 1968, que inseriram uma conjuntura internacional de revolta. A figura 6 mostra o Presidente Costa e Silva em uma de suas apresentações.

Figura 6 - Presidente Costa e Silva



Fonte: *Memórias da ditadura*, Accessed 1 Junho 2023.

4.3 GOVERNO JUNTA MILITAR 31/8/1969 à 30/10/1969

Doente, Costa e Silva foi substituído por uma junta militar formada pelos ministros Aurélio de Lira Tavares (Exército), Augusto Rademaker (Marinha) e Márcio de Sousa e Melo (Aeronáutica).

Dois grupos de esquerda, O MR-8 e a ALN sequestram o embaixador dos EUA Charles Elbrick. Os guerrilheiros exigem a libertação de 15 presos políticos, exigência conseguida com sucesso. Porém, em 18 de setembro, o governo decreta a Lei de Segurança Nacional. Esta lei decretava o exílio e a pena de morte em casos de "guerra psicológica adversa, ou revolucionária, ou subversiva".

No final de 1969, o líder da ALN, Carlos Mariguella, foi morto pelas forças de repressão em São Paulo. A figura 7 apresenta a Junta Militar que ficou por 2 meses no mandato presidencial.

Figura 7 - Junta Militar



Fonte: *Memorial da Democracia* -, 31 August 2015

4.4 GOVERNO MEDICI 1969 à 1974

Em 1969, a Junta Militar escolheu o novo presidente: o general Emílio Garrastazu Médici. Seu governo é considerado o mais duro e repressivo do período, conhecido como "anos de chumbo". A repressão à luta armada cresce e uma severa política de censura é colocada em execução. Jornais, revistas, livros, peças de teatro, filmes, músicas e outras formas de expressão artística são censuradas. Muitos professores, políticos, músicos, artistas e escritores são investigados, presos, torturados ou exilados do país. O DOI-Codi (Destacamento de Operações e Informações e ao Centro de Operações de Defesa Interna) atua como centro de investigação e repressão do governo militar. Ganha força no campo a guerrilha rural, principalmente no Araguaia. A guerrilha do Araguaia é fortemente reprimida pelas forças militares. A figura 8 mostra o Presidente Médici concentrado em sua mesa de reunião.

Figura 8 - Presidente Médici



Fonte: *Toda Matéria*, Accessed 1 Junho 2023.

4.5 O MILAGRE ECONÔMICO

Durante a ditadura militar, o Estado assumiu um papel central na economia, implementando políticas de controle e intervenção. Grandes empresas e setores estratégicos foram estatizados, enquanto a economia foi direcionada para atender aos interesses do regime e de seus aliados.

Na área econômica, o país crescia rapidamente. Este período que vai de 1969 a 1973 ficou conhecido com a época do Milagre Econômico. O PIB brasileiro crescia a uma taxa de quase 12% ao ano, enquanto a inflação beirava os 18%. Com investimentos internos e empréstimos do exterior, o país avançou e estruturou uma base de infra-estrutura. Todos estes investimentos geraram milhões de empregos pelo país. Algumas obras, consideradas faraônicas, foram executadas, como a Rodovia Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói.

Porém, todo esse crescimento teve um custo altíssimo e a conta deveria ser paga no futuro. Os empréstimos estrangeiros geraram uma dívida externa elevada para os padrões econômicos do Brasil.

4.6 GOVERNO GEISEL 1974 à 1979

Em 1974 assume a presidência o general Ernesto Geisel que começa um lento processo de transição rumo à democracia. Seu governo coincide com o fim do milagre econômico e com a insatisfação popular em altas taxas. A crise do petróleo e a recessão mundial interferem na economia brasileira, no momento em que os créditos e empréstimos internacionais diminuem.

Geisel anuncia a abertura política lenta, gradual e segura. A oposição política começa a ganhar espaço. Nas eleições de 1974, o MDB conquista 59% dos votos para o Senado, 48% da Câmara dos Deputados e ganha a prefeitura da maioria das grandes cidades.

Os militares de linha dura, não contentes com os caminhos do governo Geisel, começam a promover ataques clandestinos aos membros da esquerda. Em 1975, o jornalista Vladimir Herzog foi assassinado nas dependências do DOI-Codi em São Paulo. Em janeiro de 1976, o operário Manuel Fiel Filho aparece morto em situação semelhante.

Geisel, por exemplo, viveu convencido de que a chamada rebelião foi um “blefe”. Ao mesmo tempo que desprezou o risco embutido na indisciplina, aplaudiu o desfecho, pois desejava a recaída ditatorial. (ELIO GASPARI, 2014. Pág. 259)

Em 1978, Geisel acaba com o AI-5, restaura o habeas-corpus e abre caminho para a volta da democracia no Brasil. Abaixo está a figura 9 mostrando o Presidente Geisel no dia em que recebeu sua faixa presidencial.

Figura 9 - Presidente Geisel



Fonte: Escola Educação, 27 April 2020

4.7 GOVERNO FIGUEIREDO 1979 à 1985

A vitória do MDB nas eleições em 1978 começa a acelerar o processo de redemocratização. O general João Baptista Figueiredo decreta a Lei da Anistia, concedendo o direito de retorno ao Brasil para os políticos, artistas e demais brasileiros exilados e condenados por crimes políticos. Figueiredo conduziu a reforma política que buscava preservar um partido de sustentação do governo enquanto dividia a oposição.

Os militares de linha dura continuam com a repressão clandestina. Cartas-bomba são colocadas em órgãos da imprensa e da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). No dia 30 de Abril de 1981, uma bomba explode durante um show no centro de convenções do Rio Centro. O atentado fora provavelmente promovido por militares de linha dura, embora até hoje nada tenha sido provado.

Em 1979, o governo aprova lei que restabelece o pluripartidarismo no país. Os partidos voltam a funcionar dentro da normalidade. A ARENA muda o nome e passa a ser PDS, enquanto o MDB passa a ser PMDB. Outros partidos são criados, como : Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). A figura 10 logo abaixo mostra o Presidente Figueiredo.

Figura 10 - Presidente Figueiredo



Fonte: *Memórias da ditadura*, Accessed 1 Junho 2023.

5. CONCLUSÃO

A Política Externa Independente (PEI) teve uma relação complicada e complexa com suspeitas de comunismo no Brasil e as preocupações dos Estados Unidos durante o período que antecedeu ao golpe de 1964. Esses fatores desempenham um papel importante no contexto político e contribuíram para a instauração do regime militar no Brasil.

Durante a Guerra fria, o mundo estava polarizado entre os Estados Unidos e a União Soviética, e naquele período havia uma preocupação crescente que era a expansão do comunismo em várias regiões, incluindo a América Latina. No Brasil, o contexto político e social estava marcado por uma polarização ideológica, os conservadores temiam a influência comunista no país.

Com a chegada da PEI proposta pelo governo de João Goulart, que buscava uma postura independente em relação às potências globais, acabou sendo interpretada por parte da sociedade e dos militares como um caminho direcionado ao comunismo. Com isso, o governo

brasileiro passou a adotar medidas que desagradaram aos Estados Unidos, como a nacionalização de empresas estrangeiras e promoção de reformas sociais e trabalhistas.

As suspeitas de comunismo foram agravadas pela conjuntura internacional, em que os movimentos de esquerda estavam cada vez mais ganhando força em diferentes partes do mundo. Nos Estados Unidos, havia a preocupação de que países latino americanos se tornassem aliados ou bases para a influência soviética, representando uma ameaça à segurança e aos interesses norte-americanos na região.

E assim com todas essas combinações de preocupações internas e externas com a possível inclinação ao comunismo no Brasil, acabou por alimentar um clima de instabilidade política e polarização ideológica. Os conservadores da sociedade brasileira, apoiados por militares, empresários e parte da classe média, começaram a pressionar um golpe que pudesse tirar João Goulart do governo.

O golpe de 1964, liderado pelas forças armadas, foi justificado como uma ação para preservar a democracia e evitar a suposta ameaça comunista. Só que a ditadura militar que se seguiu mostrou que não era bem isso que havia acontecido, os militares mostraram uma postura autoritária e repressiva, nos bastidores violando os direitos humanos e promovendo uma perseguição sistemática a opositores políticos.

É importante ressaltar que a percepção de uma ameaça comunista foi utilizada como uma pretexto para o golpe militar, mas muitos estudiosos argumentaram que as ações do governo de João Goulart não representavam uma ameaça iminente à democracia ou ao regime capitalista no Brasil.

A PEI que buscava uma postura independente em relação aos blocos ideológicos, foi distorcida e associada ao comunismo para justificar a tomada de poder pelos militares.

Resumindo, a suspeita de comunismo no Brasil, aliada às preocupações dos Estados Unidos com a expansão comunista na América Latina, desempenhou um papel significativo no golpe de 1964. A PEI proposta pelo governo do João Goulart foi interpretada como uma inclinação ao comunismo, alimentando uma polarização ideológica que chegou ao ponto mais intenso no regime militar. Mas importante destacar que são percepções utilizadas para tomarem o poder.

O atual cenário do Brasil hoje segue um regime democrático, mas ainda enfrenta muitos desafios relacionados à memória e à justiça em relação aos crimes cometidos durante a ditadura. A necessidade de investigação, esclarecimento e responsabilização dos atos

perpetrados no período é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e para a garantia de que tais abusos não se repitam.

Portanto, é fundamental lembrar da ditadura militar no Brasil como um alerta sobre os perigos do autoritarismo e uma oportunidade para reafirmar o compromisso com os valores democráticos, os direitos humanos e a liberdade. A análise desse período traumático nos ajuda a compreender o passado, refletir sobre o presente e construir um futuro mais inclusivo, tolerante e justo para todos os brasileiros.

REFERÊNCIAS

UNISUL VIRTUAL. **Metodologia da pesquisa**. 5º ed. Palhoça, 2007.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à Brasileira: 1964-1985**, A Democracia golpeada à esquerda e à direita, Rio de Janeiro, 2014.

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e Democracia no Brasil: Do golpe à Constituição de 1988**, 2014.

MOREIRA, Hugo F.; SOUSA, Michael D. L. **Golpe Militar: Memórias de uma Ditadura**, 1º ed., 1º Vol. Belém - PA, 2021.

VENÂNCIO, Renato; PRIORE, Mary Del. **Uma Breve História do Brasil**, São Paulo, 2010.

ELIO GASPARI, As ilusões armadas. Ditadura Envergonhada 1ºVol. 2ºed. Rio de Janeiro 2014.

CERVO BUENO, história da política exterior no Brasil. 4ºed. 2011.

EBC, **Memórias da Ditadura**, 21/03/2014 a 1h. acesso disponível em:

<http://tvbrasil.etc.com.br/caminhosdareportagem/episodio/memoria-da-ditadura>

(“Memória da Ditadura | Caminhos da Reportagem | TV Brasil | Notícias”)

Cronologia da Ditadura Militar (continuação) em *Só História*. Virtuuous Tecnologia da Informação, 2009-2023. Consultado em 01/05/2023 às 21:50. Disponível em: <https://www.sohistoria.com.br/ef2/ditadura/p4.php>

Governos Militares no Brasil" em *Só História*. Virtuuous Tecnologia da Informação, 2009-2023. Consultado em 01/05/2023 às 22:38. Disponível em: <https://www.sohistoria.com.br/ef2/ditadura/p1.php>

Ensinar História - Joelza Ester Domingues © Desde 2015. Criação: Criativito disponível em:

<https://ensinarhistoria.com.br/janio-quadros-renuncia/chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj>

[/https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772189_08a05c7fa6c9a716d364b209c4608bc2.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772189_08a05c7fa6c9a716d364b209c4608bc2.pdf)

<https://www.sindifisco-se.org.br/leitura/6655/golpemilitarnobrasilcompleta58anos>

<https://ensinarhistoria.com.br/janio-quadros-renuncia/>

<https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/joao-goulart-assume-a-presidencia-da-republica/>

<https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/golpe-civil-militar-inicia-a-ditadura/>

<https://velhogeneral.com.br/2021/03/08/pensamento-do-marechal-castello-branco/>

<https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/artur-da-costa-e-silva/>

<http://memorialdademocracia.com.br/card/junta-militar-toma-o-comando-do-pais>

<https://www.todamateria.com.br/emilio-medici/>

<https://escolaeducacao.com.br/governo-ernesto-geisel/>

<https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/joao-figueiredo/>

ANEXO

CRONOLOGIA DOS TEMPOS DE DITADURA MILITAR NO BRASIL

1961

25/08 Renúncia de Jânio Quadros

30/08 Ministros militares declaram-se contrários à posse de João Goulart

02/09 Instituído o sistema parlamentar de governo como resultado do acordo que possibilitaria a posse do vice-presidente João Goulart

07/09 Posse de João Goulart

1962

02/02 Criação oficial do Instituto de Pesquisas Sociais (Ipes), que conspirava contra o governo Goulart.

1963

24/01 Retorno ao sistema presidencialista de governo, após plebiscito realizado no dia 6, que não referendou o parlamentarismo.

07/08 Projeto de Milton Campos sobre a reforma agrária é rejeitado.

23/08 Comício do CGT pelo aniversário da morte de Getúlio Vargas com a presença de Goulart. Presentes exigem definição do presidente durante seu discurso. Goulart promete que reformas serão implementadas.

12/09 Revolta de sargentos da Aeronáutica e da Marinha em Brasília.

07/10 Goulart retira o pedido de decretação de estado de sítio em função da ampla oposição que gerou.

17/10 Rejeitada emenda do PTB sobre reforma agrária na Câmara dos Deputados.

Novembro: Greve dos cortadores de cana em Pernambuco e parte da Paraíba.

1964

17/01 Regulamentação da lei de remessa de lucros.

13/03 Comício da Central do Brasil ou “das reformas”.

19/03 Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade em São Paulo (SP), espécie de resposta ao Comício da central.

20/03 O chefe do Estado-Maior do Exército, general Castelo Branco, divulga circular reservada entre seus subordinados contra João Goulart.

21 a 29/03 9 “Marchas” da família, com Deus, pela Liberdade, em diversas cidades de São Paulo.

31/03 Inicia-se o movimento militar em Minas Gerais com deslocamento de tropas

comandadas pelo general Mourão Filho.

01/04 a 08/06 42 "Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade em São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Piauí, Paraná e Goiás.

02/04 João Goulart segue de Brasília para Porto Alegre. De lá, sairia do Brasil.

02/04 General Costa e Silva automeu-se comandante-em-chefe do Exército nacional e organizou o "Comando Supremo da Revolução".

04/04 O nome do general Castelo Branco é indicado para a Presidência da república pelos líderes do Golpe.

09/04 Decretado o Ato Institucional que confere ao presidente da República poderes para cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos até 15 de junho de 1964, entre outros poderes discricionários.

10/04 A sede da UNE é incendiada por participantes do movimento político militar.

13/04 O Diário Oficial publica decreto que extingue o mandato de todos os membros do conselho diretor da Universidade de Brasília

Ocorre uma invasão policial e a intervenção na UnB.

13/06 Criado o Serviço Nacional de Investigações (SNI).

27/10 Declarada a extinção da União Nacional dos Estudantes (UNE).

09/11 Sancionada a Lei n. 4.464 (Lei Suplicy) proibindo atividades políticas estudantis. A Lei Suplicy de Lacerda coloca na ilegalidade a UNE e as UEEs, que passam a atuar na clandestinidade. Todas as instâncias da representação estudantil ficam submetidas ao MEC.

1965

Ato Institucional N.2 extingue os partidos existentes, atribui à Justiça Militar o julgamento de civis acusados de crimes contra a segurança nacional e confere ao presidente da república poderes para cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos até 15 de março de 1967, entre outros dispositivos.

Início: A UNE convoca um conselho para eleger, com mandato-tampão, o presidente que a chefiará até o 27º Congresso, em julho. Alberto Abissamara, de tendências progressistas, é escolhido.

05/02 Ato Institucional N.3 estabelece eleição indireta para governadores.

01/04 No dia 1o, o Conselho Universitário, presidido pelo reitor Pedro Calmon, dissolveu a diretoria do CACO – Centro Acadêmico de Direito UFRJ.

12/04 No dia 12, agentes do Dops e a Polícia Militar impedem com violência uma reunião do CACO – Centro Acadêmico de Direito UFRJ. As aulas foram suspensas.

Agosto: Surgem os Diretórios Acadêmicos Livres.

23/09 São feitas manifestações contra a Lei Suplicy, no Rio de Janeiro.

03/10 O general Costa e Silva é eleito presidente da república pelo Congresso Nacional.

20/10 O general Castelo Branco decreta o recesso do Congresso Nacional até 22 de novembro em função da não aceitação de cassações.

1966

O período de 1966 a 1973 é o da ilegalidade da UNE.

Março: Uma passeata em Belo Horizonte contra o regime militar é brutalmente reprimida. A violência desencadeia passeatas estudantis em outros estados.

28/07 a 02/08 Mesmo na ilegalidade, é realizado o XXVIII Congresso da UNE, em Belo Horizonte, que marca a oposição da entidade ao Acordo MEC-Usaid. O congresso acontece no porão da Igreja de São Francisco de Assis. O mineiro José Luís Moreira Guedes é eleito presidente da UNE.

Setembro: As aulas na Faculdade Nacional de Direito são suspensas e 178 estudantes paulistas são presos durante um congresso realizado pela UNE-UEE, em São Bernardo do Campo.

O General Castelo Branco criou o Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social (Mudes).

14/09 Alunos da Faculdade Nacional de Odontologia entram em greve de protesto e colocam cartazes nas imediações da faculdade. Há choque entre os estudantes e policiais do Dops.

18/09 A UNE decretou greve geral.

22/09 A UNE elege o dia 22 como o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura.

23/09 A polícia invade a Faculdade de Medicina da UFRJ e expulsa estudantes com violência. O episódio ficou conhecido como o Massacre da Praia Vermelha.

1967

24/01 Promulgada a nova Constituição do Brasil.

11/03 O general Castelo Branco edita nova Lei de Segurança Nacional.

15/03 O general Costa e Silva é empossado na Presidência da República.

Agosto: É realizado o XXIX Congresso da UNE, em Valinhos (SP), na clandestinidade. Luís Travassos é eleito presidente da entidade.

1968

28/03 O estudante Edson Luís de Lima Souto é morto durante conflito com a PM no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro (RJ).

29/03 Marcha de 50 mil pessoas repudia o assassinato de Edson Luis de Lima Souto.

29/03 A UNE decretou greve geral dos estudantes.

30/03 O ministro da Justiça, Gama e Silva, determina a repressão das passeatas estudantis.

01/04 Inúmeras passeatas estudantis irrompem em várias capitais brasileiras.

22/05 Lei N. 5.439 estabelece responsabilidade criminal para menores de 18 anos envolvidos em ações contra a segurança nacional.

04/06 Sessenta e oito cidades são declaradas áreas de segurança nacional e, por isso, seus eleitores ficam impedidos de escolher pelo voto direto, os respectivos prefeitos.

21/06 Prisão de trezentas pessoas na Universidade federal do Rio de Janeiro. As aulas foram suspensas.

25/06 O ministro da Justiça, Gama e Silva, proíbe passeatas e comícios - relâmpago.

26/06 Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro.

16/07 Greve de Osasco (SP) inicia-se com a ocupação da Cobrasma.

29/08 Invasão do campus da Universidade Federal de Minas Gerais por tropas federais.

30/08 Invasão do campus da Universidade de Brasília por tropas policiais resulta em violência.

02/10 Invasão do prédio da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) pelo Comando de Caça aos Comunistas e outros grupos.

Outubro: É realizado clandestinamente o XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (SP).

12/10 Prisão de estudantes em Ibiúna durante congresso da UNE. São presas mais de 700 pessoas, entre elas as principais lideranças do movimento estudantil: Luís Travassos (presidente eleito), Vladimir Palmeira, José Dirceu, Franklin Martins e Jean Marc Von Der Weid.

13/12 Ato Institucional N. 5 tornar perenes os poderes discricionários que atribui ao presidente da República. O Congresso Nacional é posto em recesso.

Com o decreto do AI-5. Centros cívicos substituem os grêmios estudantis.

1969

Início: A UNE tenta manter uma direção com a eleição de Jean Marc Von Der Weid através dos Congressos Regionais.

26/02 Decreto-Lei N.477 dispõe sobre infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino. Que penaliza professores, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensino público (até 1973, esse decreto atingiria 263 pessoas, a maioria estudantes).

16/05 O Ato Institucional N. 10 , dentre outros efeitos, levaria centenas de professores universitários à aposentadoria.

01/07 Criação da Operação bandeirantes (Oban), embrião da polícia política conhecida como

“sistema Codi-Doi” que seria implantada em todo o país nos moldes da Oban.

31/08 Junta Militar, formada pelos ministros militares, assume o poder em função da doença de Costa e Silva, impedindo a posse do vice-presidente da República, que não concorda com o Ato Institucional N.5.

Setembro: O presidente da UNE, Jean Marc Von Der Weid, é preso.

05/09 O Ato Institucional N. 14 estabelece a pena de morte.

30/10 Posse do general Emílio Garrastazu Médici na presidência da República, já que fora caracterizada a incapacidade definitiva do general Costa e Silva.

1970

Início: Com quase todas as lideranças presas ou exiladas, o movimento estudantil realiza atos isolados, dentre eles uma missa pelo segundo aniversário da morte de Edson Luís.

10/02 Estabelecimento da censura prévia de livros e revistas pelo decreto-lei N. 1.077.

20/05 Início das operações oficiais do CIE.

20/05 Decreto N.66.608 cria o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa).

1971

30/03 Decreto N.68.447 reorganiza o Centro de Informações da Marinha (Cenimar).

Setembro: Honestino Guimarães, vice de Jean Marc Von Der Weid, é efetivado presidente da UNE, em micro congresso.

07/09 Morte de Carlos Lamarca

Novembro: O governo passa a editar “decretos reservados”.

1972

Início: A AP passa a denominar-se Ação Popular Marxista-Leninista (APML).

O presidente da UNE, Honestino Guimarães, desaparece.

Março: Inaugurada a Escola Nacional de informações

12/04 O Exército inicia o combate à guerrilha comandado pelo PCdoB na região do Araguaia.

1973

30/03 Alexandre Vannucchi Leme, aluno da Universidade de São Paulo (USP), é preso e morto pelos militares. A missa em sua memória, realizada em 30 de março na Catedral da Sé, em São Paulo, é o primeiro grande movimento de massa desde 1968.

14/09 A Arena homologa o nome do general Ernesto Geisel como candidato à presidência da república.

07/10 Início de nova tentativa, pelo Exército, de combate à guerrilha do Araguaia.

Dezembro: O Exército derrota a guerrilha do Araguaia.

1974

Início: O Colégio Eleitoral homologa o nome do general Ernesto Geisel para a presidência da República.

É criado o Comitê de Defesa dos Presos Políticos na Universidade de São Paulo (USP).

1975

30/01 O ministro da justiça anuncia que continuam as atividades de repressão ao comunismo e à subversão.

26/10 Anunciada a morte do Jornalista Vladimir Herzog em dependências do II Exército (SP)

1976

17/01 Morte do operário Manuel Fiel Filho em dependências do II Exército (SP). O general Geisel exonera o general Ednardo D'ávila Melo do comando do II Exército em função das mortes de Vladimir Herzog e de Manuel Fiel Filho.

19/08 Bombas explodem na ABI e na OAB.

1977

01/04 Decretado o recesso do Congresso Nacional por 14 dias. Durante o período, o gen. Geisel edita uma série de medidas conhecidas como “pacote de abril”.

1978

Mai: Greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo

15/10 O colégio Eleitoral referenda o nome do general João Figueiredo para presidente da república.

1979

01/01 Extinção do AI-5.

15/03 Posse do general João Baptista de Oliveira Figueiredo como presidente.

28/08 Decretada a anistia pelo governo Figueiredo.

29/11 Fim do bipartidarismo

1980

27/08 Carta-bomba explode na sede da OAB e mata a secretária Lyda Monteiro. Desde janeiro diversas bombas explodiram ou foram encontradas no país.

1981

30/04 Integrantes do DOI do I Exército explodem acidentalmente uma bomba que planejam usar num atentado durante show de música no Rio Centro (RJ)

1982

15/11 A oposição, em conjunto, conquista maioria na Câmara dos deputados.

1983

Inicia-se uma campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República.

1984

25/04 A emenda constitucional restabelecendo as eleições diretas para presidente da República é derrotada no Congresso Nacional.

1985

15/01 Tancredo Neves e José Sarney vencem no Colégio Eleitoral a disputa com Paulo Maluf pela Presidência Da República.

15/03 Posse do vice-presidente José Sarney na presidência da república em função de doença de Tancredo Neves.

21/04 Morte de Tancredo Neves.

1988

05/10 Promulgada nova Constituição da República definida pelo Congresso Nacional, mantendo no Título V e Capítulo I o estado de Defesa e do estado de Sítio, com restrições aos direitos de reunião, sigilo de correspondência e de comunicação, além de manter a proibição de sindicalização e greve aos militares.

2005

04/07 Criado pelo Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC o Memorial dos Direitos Humanos.